



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a signature below it, and a circled 'A' at the bottom.

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa é uma Misericórdia, foi constituída em 26 de Abril de 1926 e tem a sua sede na Rua António José de Freitas Guimarães, n.º 1, Pardelhas, 3870 – 208 Murtosa.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Irmãos*, nos termos dos Estatutos em vigor na Instituição.

É da opinião da *Mesa Administrativa* que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, integrando, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do sector não lucrativo (NCRF – ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011 e DL 98/2015: Base para a apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 220/2015: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria 218/2015: Código de Contas;
- d) Aviso 8259/2015: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas.

Não foi derogada qualquer disposição da normalização contabilística para as ESNL que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição.

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a large number '4' at the top, several signatures, and a circled '9' at the bottom.

(d) Custos de empréstimos obtidos

A Entidade, no período de relato em causa, não teve empréstimos.

(e) Subsídios públicos

Os subsídios públicos foram reconhecidos após existir a segurança que:

- A Entidade cumprirá as condições a eles associadas;
- Os subsídios serão recebidos.

A Entidade, no período de relato em causa, beneficiou de subsídios estatais (IEFP, IP) para o apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde (MAREESS) e estágios profissionais, os quais foram reconhecidos, em regime de acréscimo, ao ritmo dos gastos de pessoal subsidiado. Também recebeu subsídios do Município para a comemoração do Carnaval, para fazer face às despesas adicionais devido à COVID 19 e ao arranque escolar.

Não há diferenças temporárias reversíveis em impostos sobre lucros que, a propósito desses subsídios, gerem o reconhecimento de impostos diferidos.

(f) Benefícios dos empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

A Entidade não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

(g) Impostos sobre o rendimento

A entidade, no período de relato em causa, é isenta de imposto sobre o rendimento nas atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, rendimentos de capitais, rendimentos prediais e ganhos de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais a partir do exercício de 1999, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2017 a 2020



poderão vir a ser sujeitas a revisão, mas a mesa administrativa da Santa Casa acredita que, se porventura existirem correções futuras, estas não serão de grande significado.

(h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade registadas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

(i) Justo valor Ativos Fixos Tangíveis

Para os terrenos e edifícios integrantes dos ativos fixos tangíveis, tomados em conjunto, não foram feitas avaliações por entidades especializadas, pois não há indícios de perdas de imparidade. Para a generalidade dos demais ativos da empresa também não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the initials 'VE' and a circled 'A'.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Paul Horta' and 'VCC', and a large circled 'A' at the bottom.]

(j) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade registadas.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

(k) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

(l) Inventários

Os inventários estão evidenciados no balanço pelo mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de acordo com a revisão que, no fim de cada período de relato, foi efetuada à sua quantia recuperável em face das condições de mercado.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO (*First in, First Out*) como método de custeio.

(m) Créditos a receber e outros ativos correntes

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de créditos a receber e outros activos correntes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 C
 J
 Vaz
 \$

(n) Financiamentos obtidos

A Entidade, no período de relato em causa, não teve financiamentos.

(o) Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

(p) Investimentos financeiros ativos

Os investimentos financeiros de participações de capital noutras empresas (Empresa de Pesca de Viana, Soc. Portuguesa Empreendimentos, SPE – N, TVI – Tel. Independente – D. Red./E.99-ORD, Lisgarante, SA) expressos em ações, estão mensurados ao custo de aquisição.

O fundo de compensação do trabalho está mensurado ao custo de aquisição.

3.2. Juízos de valor

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Mesa Administrativa situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afetam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os ativos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspetos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efetuadas.

4. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Prestação de serviços	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Mensalidades	844.037,60	936.419,73
Quotização	1.026,00	1.214,00
	<u>845.063,60</u>	<u>937.633,73</u>

A diminuição dos Serviços Prestados face a 2019 deve-se à diminuição do n.º de utentes por causa da pandemia.

**4.1 QUADRO RESUMO DAS MENSALIDADES POR RESPOSTA SOCIAL**

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
ERPI	569.299,19	591.765,79
Creche	72.026,18	84.547,67
Pré-Escolar	63.114,59	81.849,09
CATL	42.719,91	66.207,50
Centro de Dia	15.035,54	25.304,17
Serviço de Apoio Domiciliário	52.043,19	55.718,46
Residência Autónoma (Qta. Pinheira)	17.670,00	14.916,00
Residência Autónoma (Patronato S. José)	12.129,00	16.111,05
	<u>844.037,60</u>	<u>936.419,73</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Alfonso" and a large circled symbol.

5. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO**Quadro Resumo dos Subsídios, Doações e Legados à Exploração**

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
ISS, IP – Centro Distrital	1.134.552,25	1.072.369,62
Acordos de Cooperação	1.079.378,11	1.044.034,64
Vagas Cativas	16.127,93	26.037,79
Complemento para idosos	2.830,50	2.297,19
Comparticipações Familiares Creche	4.160,74	0,00
Compensação Salarial - Educadoras	19.510,88	0,00
Adaptar Social +	6.023,38	0,00
Apoio Excepcional à Família COVID 19	6.520,71	0,00
Outros	86.640,49	33.210,68
CLDS 4G – Murtosa em Rede	52.564,25	15.543,53
Município (Subsídio para o Carnaval, COVID 19, Arranque Escolar)	27.813,00	3.869,50
Junta de Freguesia do Monte (Marchas Populares)	0,00	650,00
IEFP (Estágios profissionais e MAREESS – Medida de Apoio Equipamento S. Saúde)	6.263,24	3.936,09
Legados	0,00	9.211,56
	<u>1.221.192,74</u>	<u>1.105.580,30</u>

Houve um aumento dos Subsídios, doações e legados à exploração face a 2019 devido essencialmente, ao subsídio do programa CLDS 4G – Murtosa em rede e aos subsídios do Município.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Houssen' and a signature.

Quadro de repartição do Subsídio à Exploração atribuído pelo ISS, IP – Centro Distrital:

ISS, IP – Centro Distrital	31-Dez-2020	31-Dez-2019
1 - Lar de Idosos	403.971,18	397.951,63
1.1 – Acordo de Cooperação	378.512,82	369.616,65
1.2 – Vagas Cativas	16.127,93	26.037,79
1.3 – Complemento Idosos	2.830,50	2.297,19
1.4 – Apoio Excepcional à Família COVID 19	476,55	0,00
1.5 – Adaptar Social +	6.023,38	0,00
2 - Creche	238.588,81	213.720,71
2.1 – Acordo de Cooperação	231.116,13	213.720,71
2.2 – Comparticipações Familiares Creche	4.160,74	0,00
2.3 – Apoio Excepcional à Família COVID 19	3.311,94	0,00
3 – Pré-Escolar	147.296,75	126.165,60
3.1 – Acordo de Cooperação (Atividades de Apoio Social)	45.583,20	45.583,20
3.2 – Acordo de Cooperação (Atividades Educativas)	80.582,40	80.582,40
3.3 – Compensação Salarial Educadoras	19.510,88	0,00
3.4 – Apoio Excepcional à Família COVID 19	1.620,27	0,00
4 – CAFAP (Acordo de Cooperação)	50.543,64	48.836,16
5 – CATL	18.402,93	16.891,20
5.1 – Acordo de Cooperação	17.481,60	16.891,20
5.2 – Apoio Excepcional à Família COVID 19	921,33	0,00
6 – Residência Autónoma (Qta. Pinheira)	67.646,42	67.556,40
6.1 – Acordo de Cooperação	67.556,40	67.556,40
6.2 – Apoio Excepcional à Família COVID 19	90,02	0,00
7 – Centro de Dia (Acordo de Cooperação)	20.037,16	14.755,86
8 – Residência Autónoma (Patronato)	67.646,41	67.556,40
8.1 – Acordo de Cooperação	67.556,40	67.556,40
8.2 – Apoio Excepcional à Família COVID 19	90,01	0,00
9 – Serviço de Apoio Domiciliário	120.418,95	118.935,66
9.1 – Acordo de Cooperação	120.408,36	118.935,66
9.2 – Apoio Excepcional à Família COVID 19	10,59	0,00
	1.134.552,25	1.072.369,62

6. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	31-Dez-2020			31-Dez-2019		
	Mercadorias	Matér. primas e de consumo	Total	Mercadorias	Matér. primas e de consumo	Total
Inventários iniciais	0,00	7.885,83	7.885,83	0,00	9.437,33	9.437,33
Compras	0,00	184.518,14	184.518,14	0,00	200.041,95	200.041,95
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	(52.473,56)	(52.473,56)	0,00	(55.286,70)	(55.286,70)
Inventários finais	0,00	7.672,82	7.672,82	0,00	7.885,83	7.885,83
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	132.257,59	132.257,59	0,00	146.306,75	146.306,75

Verificou-se uma diminuição de 10% face a 2019 devido à diminuição dos serviços prestados.



Handwritten notes:
at
Honorários
V&E
\$

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Trabalhos especializados	26.368,72	30.116,50
Publicidade e Propaganda	0,00	28,29
Vigilância e segurança	1.584,67	705,44
Honorários	40.663,73	29.834,73
Comissões	1.967,92	1.346,49
Conservação e reparação	18.730,69	28.343,51
Serviços bancários	109,88	107,02
Outros	97,41	0,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.038,68	10.453,61
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	3.459,70	3.447,83
Artigo para oferta	8.820,52	4.768,85
Material didático	5.115,45	7.460,13
Jornais e revistas	649,40	775,60
Outros materiais	567,14	294,08
Electricidade	42.858,54	44.575,92
Combustíveis	6.569,27	9.321,55
Água	18.001,30	16.937,24
Outros fluidos	46.567,94	58.378,78
Deslocações e estadas	84,62	5.216,95
Despesas c/ visitas de estudo	0,00	4.512,29
Rendas e alugueres	0,00	26,25
Comunicação	6.988,09	7.410,20
Seguros	8.670,06	7.434,50
Contencioso e notariado	478,74	461,67
Limpeza, higiene e conforto	85.761,06	47.114,26
Outros serviços	3.133,31	1.355,69
	<u>333.286,84</u>	<u>320.427,38</u>

Os serviços médicos foram reestruturados passando da rubrica de trabalhos especializados para a rubrica honorários. A rubrica limpeza, higiene e conforto aumentou devido à aquisição de equipamento de protecção individual para fazer face à pandemia.

8. GASTOS COM O PESSOAL

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Remunerações do pessoal	1.368.728,96	1.341.533,28
Encargos sobre remunerações	286.118,77	277.880,35
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	13.518,84	12.945,87
Outros gastos com pessoal	14.621,12	7.275,63
	<u>1.682.987,69</u>	<u>1.639.635,13</u>

O aumento nos gastos com o pessoal decorreu do aumento do salário mínimo nacional, que passou de € 600,00 (seiscentos euros) para € 635,00 (seiscentos e trinta e cinco euros) mensais, bem como das promoções e progressões dos funcionários que atingiram tempo de serviço, que por lei lhes dá o direito ao aumento salarial.

Em junho de 2020 foram contratadas duas técnicas superiores que integraram a equipa do projeto CLDS 4G (Contrato Local para o Desenvolvimento Social – 4.ª Geração). Esta contratação levou ao acréscimo nesta rubrica de aproximadamente € 22.000,00.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, estágio profissional em terapia ocupacional, medicina no trabalho, vestuário e calçado e formação para as funcionárias.



O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 Dezembro 2020 foi:

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Número médio de empregados	124	124
Número de empregados no fim do período	123	124

9. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Perdas por imparidade em dívidas a receber (clientes)		
Reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber	1.050,00	800,00
	<u>1.050,00</u>	<u>800,00</u>

10. OUTROS RENDIMENTOS

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	77.144,22	60.048,36
Imputação do subsídio para o investimento	23.454,95	22.421,54
Correções Relativas a Períodos Anteriores ^{a)}	39.274,23	4.377,25
Donativos	12.741,32	11.097,56
Diversos	8.506,00	9.146,25
	<u>161.120,72</u>	<u>107.090,96</u>

- a) A Misericórdia recebeu em 2020 a compensação salarial das educadoras de infância relativamente ao ano letivo 2018/2019.

11. OUTROS GASTOS

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Sinistros	9.103,02	0,00
Quotizações (UMP, ALP e RenCAFAP) ⁽¹⁾	816,00	816,00
Correções Desfavoráveis de Exercícios Anteriores	2.384,07	3.615,22
Outros	0,00	4,20
	<u>12.303,09</u>	<u>4.435,42</u>

- (1) UMP – União Misericórdias Portuguesas, ALP – Associação Lisbonense Proprietários e RenCAFAP – Rede Nacional de CAFAP's.

Os outros gastos aumentaram devido ao abate de ativos fixos resultantes do incendio no Infantario.

12. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Juros obtidos	778,95	1.205,02
Outros	82,08	82,08
	<u>861,03</u>	<u>1.287,10</u>



13. ACTIVO FIXO TANGÍVEL

	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
			Básico	Transporte	Administrativo		
Quantia escriturada inicial	114.320,41	2.652.898,01	287.796,14	325.074,38	414.302,36	64.516,17	3.858.907,47
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	(1.549.611,41)	(266.862,66)	(237.530,94)	(392.340,28)	(57.420,62)	(2.503.765,91)
Quantia escriturada líquida inicial	<u>114.320,41</u>	<u>1.103.286,60</u>	<u>20.933,48</u>	<u>87.543,44</u>	<u>21.962,08</u>	<u>7.095,55</u>	<u>1.355.141,56</u>
Adições							
Outras	0,00	5.939,44	5.457,78	0,00	20.326,02	1.371,46	33.094,70
Total das adições	<u>0,00</u>	<u>5.939,44</u>	<u>5.457,78</u>	<u>0,00</u>	<u>20.326,02</u>	<u>1.371,46</u>	<u>33.094,70</u>
Diminuições							
Depreciações		(67.183,68)	(7.197,60)	(30.665,57)	(9.708,40)	(2.420,45)	(117.175,70)
Perdas por imparidade							
Alienações							
Abates							
Sinistros		(2.352,45)			(5.837,54)	(913,03)	(9.103,02)
Regularização		(662,12)					(662,12)
Total das diminuições	<u>(0,00)</u>	<u>(70.198,25)</u>	<u>(7.197,60)</u>	<u>(30.665,57)</u>	<u>(15.545,94)</u>	<u>(3.333,48)</u>	<u>(126.940,84)</u>
Quantia escriturada líquida final A. F. Tangíveis	<u>114.320,41</u>	<u>1.039.027,79</u>	<u>19.193,66</u>	<u>56.877,87</u>	<u>26.742,16</u>	<u>5.133,53</u>	<u>1.261.295,42</u>
Quantia escriturada líquida final Inv. Curso		<u>180.190,49</u>					<u>180.190,49</u>
Quantia escriturada líquida final A. F. Tangíveis	<u>114.320,41</u>	<u>1.219.218,28</u>	<u>19.193,66</u>	<u>56.877,87</u>	<u>26.742,16</u>	<u>5.133,53</u>	<u>1.441.485,91</u>

14. INVESTIMENTO EM CURSO

	Investimentos Financeiros em Curso	Propriedades de Investimento em Curso	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Ativos Intangíveis em Curso	Adiantamentos por conta do Património Histórico, Artístico e cultural	Total
Quantia escriturada líquida inicial			<u>126.906,78</u>			<u>126.906,78</u>
Adições						
Outras			59.223,15			59.223,15
Total das adições			<u>59.223,15</u>			<u>59.223,15</u>
Diminuições						
Perdas por imparidade						
Transferências			(5.939,44)			(5.939,44)
Total das diminuições			<u>(5.939,44)</u>			<u>(5.939,44)</u>
Quantia escriturada líquida final			<u>180.190,49</u>			<u>180.190,49</u>



15. ACTIVO FIXO INTANGÍVEL

Bens do domínio público	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Goodwill	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	
Quantia escriturada inicial			18.466,86			18.466,86
Depreciações acumuladas iniciais			(18.466,86)			(18.466,86)
Quantia escriturada líquida inicial			0,00			0,00
Adições						
Outras						
Total das adições						
Diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates						
Total das diminuições						
Quantia escriturada líquida final			0,00			0,00

16. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	Investimentos em Subsidiárias	Investimentos em Associadas	Investimentos em Entidades conjuntamente Controladas	Investimentos noutras Empresas	Outros Investimentos Financeiros	Total
Quantia escriturada inicial				1.246,99	8.190,30	9.437,29
Depreciações acumuladas iniciais						
Quantia escriturada líquida inicial				1.246,99	8.190,30	9.437,29
Adições						
Outras					3.161,87	3.161,87
Total das adições					3.161,87	3.161,87
Diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates					(772,93)	(772,93)
Total das diminuições					(772,93)	(772,93)
Quantia escriturada líquida final				1.246,99	10.579,24	11.826,23

**17. INVENTÁRIOS**

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Matérias-primas – Géneros Alimentares	6.284,73	5.620,02
Materiais Diversos – Medicamentos e artigos de saúde	578,96	665,30
Materiais Diversos – Consumo hoteleiro	368,94	550,33
Rouparia	440,19	1.050,18
	<u>7.672,82</u>	<u>7.885,83</u>

18. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de créditos a receber apresentava as seguintes quantias:

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Clientes c/c	2.106,00	1.008,00
Utentes c/c	15.639,19	19.073,42
Utentes cobrança duvidosa	65.135,57	66.185,57
Perdas de imparidade	(65.135,57)	(66.185,57)
	<u>17.745,19</u>	<u>20.081,42</u>

19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (ativo):

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Imposto sobre o Valor acrescentado (Activos Fixos Tangíveis)	552,46	3.030,71
Imposto sobre o Valor acrescentado (Géneros Alimentares)	1.436,45	963,43
	<u>1.988,91</u>	<u>3.994,14</u>

Não existem dívidas em mora ao estado.

20. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica diferimentos apresentava as seguintes quantias (ativo):

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Gastos a reconhecer (Seguros)	6.999,12	5.531,12
Gastos a Reconhecer (CLDS 4G – Murtosa em Rede)	0,00	15.543,53
Gastos a reconhecer (S.Deteção Segurança e Rentokil, Ankira e Team Viewer)	4.397,01	4.395,57
	<u>11.396,13</u>	<u>25.470,22</u>

21. OUTROS ATIVOS CORRENTES

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Fornecedores	3,03	119,65
Devedores por acréscimo de rendimentos	47.062,62	10.897,22
Outros devedores ^{a)}	688.828,12	375.493,74
	<u>735.893,77</u>	<u>386.510,61</u>



- a) Em 2020 foi aprovado o projeto CLDS 4G – Murtosa em Rede – POISE - 03 - 4232 - FSE - 000341, no valor de € 330.000,00 com ações no eixo das famílias.

O aumento dos outros ativos correntes corresponde a despesas ainda não efetivadas relativas ao projeto CLDS 4G – Murtosa em Rede e que estão também refletidas no Passivo em Diferimentos.

22. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Caixa	39,72	74,19
Depósitos Bancários	51.179,22	94.000,09
Outros depósitos bancários	575.000,00	575.000,00
	<u>626.218,94</u>	<u>669.074,28</u>

23. FUNDOS PATRIMONIAIS

Conta	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51	Fundos	90 294,04			90 294,04
56	Resultados Trans.	1 297 756,41	-70 928,94		1 226 827,47
59	Ajustamentos/Outras variações nos fundos	637 030,02	78 322,65	23 454,95	691 897,72
81	Resultado Líquido	-70 928,94	-48 722,82	-70 928,94	-48 722,82

Em 31 de Dezembro de 2020, o fundo da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa era de 90.294,04 (noventa mil, duzentos e noventa e quatro euros e quatro cêntimos).

As outras variações nos fundos patrimoniais são compostas por doações (66.845,56) e por subsídios ao investimento (625.052,16).

O aumento deve-se ao subsídio Rainha D. Leonor e Adaptar Social + e a diminuição deve-se à amortização dos subsídios e doações.

O resultado líquido anual será transferido para a conta de resultados transitados.

24. PROVISÕES

	<u>31-Dez-2020</u>	<u>31-Dez-2019</u>
Provisões	4.092,87	4.092,87
	<u>4.092,87</u>	<u>4.092,87</u>

A Instituição recebeu bens imóveis no valor patrimonial de € 19.489,84. Por uma questão de prudência foi constituída uma provisão em 2017.

Handwritten notes:
 @
 #
 ✓
 Houses
 ✓
 @

25. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica fornecedores apresentava as seguintes quantias:

	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Fornecedores c/c	48.971,40	17.023,61
	48.971,40	17.023,61

Houve um aumento das dívidas de fornecedores face a 2019, no entanto, as dívidas são de faturas de 2020.

26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (passivo):

	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	5.620,49	6.458,64
Contribuição para a Segurança Social	32.304,65	32.616,95
Fundo Compensação e Fundo Garantia Compensação do Trabalho	310,43	263,12
	38.235,57	39.338,71

27. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Diferimentos apresentava as seguintes quantias (passivo):

	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Rendimentos a reconhecer – Projetos IEFP	3.792,02	0,00
Rendimentos a reconhecer – Projeto CLDS 4G	261.892,22	0,00
Rendimentos a reconhecer – ZURICH - Incêndio	42.106,40	0,00
Rendimentos a reconhecer – Mensalidades Infância e Rendas	16.643,13	17.846,37
	324.433,77	17.846,37

Houve um aumento dos diferimentos devido ao projeto CLDS 4G – Murtosa em Rede e à indemnização da Zurich, relativo ao incêndio. Conforme referido no ponto 21 respeita a despesas do projeto CLDS 4G – Murtosa em Rede ainda não concretizadas

28. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Remunerações a Pagar ao Pessoal	0,00	80.067,34
Outras Operações (Pessoal)	0,00	420,00
Fornecedores de Investimentos	1.185,32	26.183,87
Adiantamento de clientes e utentes	232.914,32	234.888,92
Credores por acréscimo de gastos	234.056,85	229.524,81
Diversos	10.041,39	964,10
	478.197,88	572.049,04



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Homeno' and 'V&Z']

Houve uma diminuição dos outros passivos correntes devido ao facto de a 31/12/2019 estarem por pagar as remunerações de Dezembro de 2019 e devido à diminuição das dívidas a fornecedores de investimento.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Instituição por força das normas impostas pelo governo encerrou, a partir de 16 de março de 2020 as seguintes respostas sociais; creche, pré-escolar, centro de atividades de tempos livres (CATL) e centro de dia. Esta situação levou à diminuição do valor das mensalidades dos utentes destas respostas sociais. Na infância verificou-se uma diminuição de 23,5% face a 2019. No centro de dia verificou-se uma diminuição de 40,5%, uma vez que esta resposta esteve suspensa até ao final de 2020.

Também foi necessário reduzir o número de utentes no Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) para ser poder aplicar o plano de contingência, sendo que esta redução teve um impacto negativo de 3,8% no valor das mensalidades face a 2019.

A assiduidade das funcionárias diminuiu face aos isolamentos profiláticos, casos positivos de COVID 19, ao apoio excepcional à família COVID 19, o que no caso da ERPI se tornou um problema, pois foi necessário recorrer a medidas de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais, contratação pontual de pessoal e recurso a prestadores de serviços. O valor dos gastos com o pessoal, em termos absolutos, foi superior ao ano 2019. No entanto, o salário mínimo nacional (SMN) teve um aumento de 4,7% face a 2019 e os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 2,6% face a 2019. Note-se que 55% das funcionárias da Instituição auferem o SMN.

Para fazer face à pandemia foi necessário reforçar a limpeza e higiene da Instituição, pelo que o valor desta rubrica teve um aumento de 82% face a 2019.

Em suma, a pandemia teve um impacto negativo na Instituição, sendo que o mesmo ainda seria mais negativo não fossem os subsídios auferidos pelo Município da Murtosa e pela ISS, IP.

30. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DO BALANÇO

O Estado de emergência não foi renovado após o dia 30 de abril de 2021. A partir de 01 de maio de 2021 passou a vigorar a situação de calamidade que se manterá em vigor até ao dia 27 de junho de 2021.

A Direção Geral de Saúde admite uma 4.ª vaga da pandemia pelo que não conseguimos quantificar os efeitos desta, mas temos todas as obrigações cumpridas, quer em termos de prazos, quer em termos de pagamentos de impostos, fornecedores e funcionários. Conseguimos



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MURTOSA

evitar recorrer às medidas extraordinárias emanadas pelo Governo no que concerne à dilatação dos prazos de pagamento.

Pre vemos que a rentabilidade operacional seja afetada negativamente no ano 2021, mas a viabilidade da Instituição não está posta em causa.

Nota: As notas que não constam deste anexo não se aplicam a esta entidade.


O Contabilista Certificado,



(Ana Maria Rodrigues S. Cirne Abreu)


A Mesa Administrativa,



(Dr. Manuel Arcêncio da Silva)
(Provedor)


(David António da Silva Carinha)
(Vice-Provedor)


(Francisco Joaquim S. Afonso Lopes)
(Secretário)


(António Tavares Sousa)
(Vice-Secretário)


(António Joaquim Oliveira da Fonseca)
(Tesoureiro)


(António Maria Vaz)
(Vogal)


(Miguel da Silva Alho)
(Vogal)